DESPACHO

N.º de Registo	112	Data	03/07/2026	Processo	2026/250.10.101/8

Assunto: Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior - Serviço Social.

Considerando que:

O disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, determina que compete ao órgão executivo autorizar o recrutamento para ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal;

O previsto no n.º 1 do artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, determina que o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis;

No Mapa de Pessoal do Município de Alter do Chão em vigor estão previstos e não ocupados 1 posto de trabalho na carreira e categoria Técnico Superior – Serviço Social, afeto ao Setor de Ação Social que por sua vez está afeto à Unidade Orgânica Flexível de Educação e Ação Social.

Torna-se, neste sentido, essencial abrir um procedimento concursal comum destinado à ocupação de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Serviço Social que, para além das funções inerentes ao posto de trabalho, ainda desenvolva os conteúdos funcionais respeitantes à carreira e categoria de Técnico Superior, estabelecidos e descritos no Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por aplicação do n.º 2 do artigo 88.º da LTFP;

Os princípios de racionalização, eficiência e economia processual, que devem presidir a atividade municipal e relevante interesse público o recrutamento para este posto de trabalho deve ser por procedimento concursal comum, sendo âmbito do recrutamento definido no artigo 30.º da LTFP;

A despesa inerente à ocupação destes postos de trabalho está devidamente cabimentada;

Nestes termos, e para os efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dando cumprimento à deliberação tomada pelo Executivo Municipal em reunião ordinária de 04/02/2026.

a) **Determino** a Abertura de Procedimento Concursal comum para recrutamento por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional **–** Auxiliar de Ação Educativa, afetos ao Setor de Educação integrado na Unidade Orgânica Flexível de Educação e Ação Social, para o exercício das funções correspondentes ao respetivo posto de trabalho, bem como dos conteúdos funcionais inerentes à carreira/categoria de Assistente Operacional, estabelecidos e descritos no Anexo à LTFP, por aplicação do n.º 2 do artigo 88.º.

b) Mais **determino,** que a composição do Júri seja a seguinte:

Presidente – Fernandino Emanuel Godinho Lopes, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Educação e Ação Social;

1.º Vogal – Tânia Isabel Meira Mileu Palmeiro **–** Técnica Superior do Setor de Ação Social;

2.º Vogal – Carla Alexandra Delicado Ventura **–** Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Finanças, Património e Planeamento;

1.º Vogal Suplente – Francisco Diogo de Contente Parelho **–** Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos;

2.º Vogal Suplente – Helena Paula Barreto Arguelles **–** Técnica Superior do Setor de Urbanismo e Edificação;

O Presidente da Câmara

FRANCISCO JOSÉ CORDEIRO MIRANDA

Assinado de forma digital por FRANCISCO JOSÉ CORDEIRO MIRANDA
Dados: 2026.07.03 17:19:01 +01'00'

Francisco José Cordeiro Miranda

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa[1]
[1] Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.